

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
SUSTENTÁVEL – IPADES**

**PRODUTIVIDADE DO TRABALHO, INSATISFAÇÃO E NOVA GESTÃO  
PÚBLICA, PAUTAS DO BRASIL ATUAL**

***Francisco Barbosa***

Sócio Presidente – IPADES

O Brasil tem priorizado seu crescimento econômico, sobretudo a partir de 2008, na expansão do mercado interno, apoiado em dois fatores: consumo das famílias e mercado de trabalho. Ambos têm dado demonstrações de estar chegando aos seus limites de contribuição. O consumo das famílias encontra-se praticamente sem margem de novos endividamentos. O mercado de trabalho, por sua vez, tampouco traz notícias animadoras para o crescimento brasileiro, uma vez que a taxa de desemprego já está em nível baixo. Por causa dessas novas condições, o país terá que tornar seus trabalhadores mais produtivos daqui para frente, sob pena de não conseguir crescer nem ao ritmo moderado do passado recente. Para tanto, a produtividade do trabalho terá que ganhar prioridade na agenda nacional se o Brasil quiser repetir, numa perspectiva nada animadora, esse passado recente.

Numa análise retrospectiva sobre possíveis condicionantes da produtividade do trabalho, é possível notar a ocorrência, nos últimos dez anos, de um aumento expressivo na formalização do mercado de trabalho. Estudos apontam uma correlação positiva entre o aumento da produtividade e a migração de pessoas do setor informal para o formal, pelo chamado efeito composição. Assim, a parcela no trabalho formal, onde a produtividade é mais alta, aumentou em relação à parte informal. Todavia, há menos evidência sobre crescimento da produtividade no interior dos setores formal e informal.

O setor que deu significativa contribuição foi a agropecuária, que entre 2000 e 2009 subiu à forte taxa de 4,3% ao ano. Sua contribuição se deu de duas formas. A primeira decorreu do efeito composição entre os grandes setores da economia, com o processo contínuo de redução do contingente empregado na agropecuária, onde a produtividade é mais baixa, e da consequente ampliação relativa da mão-de-obra nos outros setores. No

caso brasileiro, a transição típica ocorrida foi do segmento não capitalista – agricultura de subsistência – para o setor de serviços. Mesmo que muitos ex-camponeses tenham conseguido empregos pouco produtivos do segmento de serviços, há geralmente ganho de produtividade em relação à agricultura tradicional. Por outro lado, o agronegócio também contribuiu para o aumento da produtividade do trabalho pelo avanço tecnológico que mesmo detendo menor contingente de trabalhadores produz a maior parte do valor agregado do setor.

Para o desafio de aumentar a produtividade do trabalho, o Brasil deve enfrentar dois aspectos prioritários. O primeiro é o aprimoramento da educação, um processo de longo prazo que leva a melhoria do capital humano. Neste caso, a dificuldade é o longo prazo, pelo qual a sociedade brasileira e muito menos os governos não são entusiastas. O segundo, também de resultados não tão imediatos, são as mudanças institucionais que tornem viáveis uma alta da produtividade total dos fatores (PTF), o que tem a ver com a absorção de tecnologias e a racionalização do processo produtivo.

As insatisfações da sociedade brasileira postas nas ruas em junho deste ano indicam dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito à má qualidade e até a falta, em determinadas regiões do país, de serviços básicos nas áreas de educação, saúde e transporte urbano. Essa situação é contrastante com a alta taxa de impostos paga pela população. O segundo, de aspecto mais subjetivo demonstra o medo de milhões de pessoas que ascenderam social e economicamente de voltar ao estado anterior. Isto significa que essas pessoas começam a ter sentido de cidadania, ou seja, não se comportam mais dentro de uma visão reducionista na qual basta conseguir um emprego, ter condições de se tornar um consumidor, e, a partir daí se conformar como se tivesse alcançado o paraíso.

As manifestações demonstram que não existe democracia sem o exercício da cidadania e ambas se fazem no dia-a-dia, e devem ser compreendidas como um valor cultural e aprimorado constantemente pela educação. Se apenas a economia funcionar como estado de bem-estar das pessoas somos apenas um país de consumidores, mas não um país de cidadãos! A economia de mercado é um dos atributos da democracia, apenas um. Além do mais, o crescimento da economia com a melhoria da condição social da população não deve nos levar a um descuido com a existência e bom funcionamento das instituições e de uma boa gestão das políticas públicas que garantem a democracia, visto que, tal descuido pode custar muito caro para toda a sociedade.

Por outro lado, as manifestações explicitaram um desagrado da população com a classe política, e em alguns casos até repúdio de partidos e de representantes dos tradicionais

movimentos sociais e de sindicatos. Esse ponto em especial parece ter servido como bode expiatório para retomar o debate em torno da reforma política. Daí foi mais fácil o governo identificar na reforma política o problema do que de fato enfrentar o problema, ou seja, reconhecer que é incapaz de ofertar os serviços pleiteados pela população.

Levantamento da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em junho aponta que 84,3% dos entrevistados aprovaram as manifestações. Desses, 55% mostraram-se insatisfeitos com a corrupção, 47,2% com os serviços de saúde, 43,7% com os gastos para a Copa do Mundo, 30,8% com o preço e a qualidade do transporte urbano e 30,5% com a educação. Paralelo a isso, o Índice de Percepções de Corrupção, publicado pela Transparência Internacional — organização que mede o grau de corrupção percebida entre funcionários públicos e políticos —, que faz o levantamento junto a 178 países, colocou o Brasil em 69o lugar em 2010, com pontuação de 3.7, em uma escala de 0 a 10 (quanto maior a pontuação, menor a corrupção).

As manifestações devem ser vistas por uma ótica positiva da cidadania, ou seja, o clamor popular pela moralidade e transparência da gestão pública, pelo combate implacável à corrupção, pelas reformas que modernizam as instituições, pela manutenção da liberdade de imprensa, pelo mérito como regra de promoção, pelo respeito aos direitos humanos, pelo incentivo com investimentos crescentes ao conhecimento científico e tecnológico promovendo a inovação. Nesse diapasão a sociedade terá o exercício de valores que ao lado do crescimento econômico forjam uma nação moderna e democrática.

As insatisfações levam a terceira pauta, a que clama por nova gestão pública. Um caminho mais eficaz para a melhora dos serviços públicos no Brasil se baseia em avaliações consistentes do que funciona e do que não funciona, sem especulações. O governo faz avaliação, monitoramento, que checa se seus indicadores. Mas não é só isso. Quando falamos em avaliação de política pública, temos de ver o que aconteceu por causa da política, o que indiretamente é ver o que teria acontecido na ausência daquela política, o chamado contra fatural.

Os recursos públicos são escassos, e a sociedade precisa saber a eficiência de sua aplicação. A melhor maneira é comparar, medir, de preferência estatisticamente entre a população ou área atendida e aquela não atendida. Assim, se no final se constatar que a diferença foi zero, com certeza o programa não funcionou. Um grande problema de avaliação é que os governos preferem o *marketing* do programa para mostrar que fizeram algo, do que testá-lo para ver se funcionou de verdade. Falta, tanto no setor público quanto na sociedade, um amadurecimento do debate sobre gasto público e eficiência do programa e/ou do serviço.

Nessa luta por mudanças a população brasileira está exercendo o parágrafo único da Constituição da República Federativa do Brasil: *“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”*. É um novo Brasil querendo surgir! Todavia, não se deve esquecer que o exercício da democracia é uma prática com resiliência, ou seja, é um processo sinuoso, mas que não admite acomodação. Por isso é importante manter o trinômio da cidadania: protestar, fiscalizar e exigir gestão com competência.